

ÍNDICE SISTEMÁTICO

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I. História geral do direito do trabalho

1.	Sociedade pré-industrial	37
	A — Escravidão	37
	B — Corporações de ofício	37
	C — Locação	38
2.	Sociedade industrial e trabalho assalariado	38
	A — Aspectos econômicos	38
	B — Aspectos políticos	39
	C — Aspectos jurídicos	39
	D — A idéia de justiça social	39
3.	Primeiras leis trabalhistas	40
	A — Forma e fins	40
	B — Constitucionalismo social	40
	C — Constituição do México (1917)	40
	D — Constituição da Alemanha (1919)	40
	E — <i>Carta del Lavoro</i> (1927)	41
	F — Primeiros destinatários das leis trabalhistas ...	41
4.	Período contemporâneo	42
5.	A sociedade pós-industrial	42
6.	Bibliografia	43
7.	Questionário	44

Capítulo II. História do direito do trabalho no Brasil

1.	Fatores influentes	45
	A — Influências externas	45
	B — Influências internas	45
2.	Leis principais	46
	A — Constituições brasileiras	46
	B — Primeiras leis ordinárias	46
3.	Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	47
	A — Características	47
	B — Significado	47
4.	Leis posteriores	47
5.	Constituição de 1988	48
	A — Assembléia Nacional Constituinte	48
	B — Diretrizes	49

C — Regras gerais e específicas	50
D — Regulamentação	51
E — Desenvolvimento do direito coletivo	52
F — Efeitos do desemprego	52
6. Bibliografia	54
7. Questionário	54

Capítulo III. Divisão do curso

1. Definições de direito do trabalho	56
A — Definições subjetivistas	56
B — Definições objetivistas	56
C — Definições mistas	56
D — Nossa definição	56
2. Disciplinas do curso	57
A — Critérios	57
B — Divisão deste curso	57
3. Apreciações gerais	58
A — Introdução ao direito do trabalho	58
B — Direito internacional do trabalho	58
C — Direito individual do trabalho	58
D — Direito sindical ou coletivo	58
E — Direito público do trabalho	58
F — Direito processual do trabalho	58
G — Direito de previdência social	59
4. Bibliografia	59
5. Questionário	60

Capítulo IV. Função do direito do trabalho

1. O sistema de valores do direito do trabalho	61
A — Função tutelar	61
B — Função conservadora ou opressora do Estado	61
C — Função econômica	62
D — Função social	62
E — Função coordenadora	62
2. Flexibilização do direito do trabalho	62
3. Direito alternativo	64
4. Humanismo do direito do trabalho	64
5. Tendências	65
6. Bibliografia	65
7. Questionário	66

Capítulo V. Natureza do direito do trabalho

1. Teorias	67
A — Direito público	67
B — Direito privado	68

C — Direito social	68
D — Direito misto	69
E — Direito unitário	69
2. Direito do trabalho como direito privado	70
3. Bibliografia	70
4. Questionário	71

Capítulo VI. Ordenamento jurídico

1. Conceito de ordenamento jurídico	72
2. Sistemas de relações de trabalho	74
A — Classificação	74
B — Concepções político-econômicas	74
C — Concepções jurídicas	74
D — O pluralismo do direito do trabalho	75
3. O Estado e as leis	76
A — Leis constitucionais	76
B — Proteção constitucional do trabalho	77
C — Trabalho como direito e como dever	78
D — Constituição e outras normas	78
E — Natureza normativa dos princípios constitucionais	79
F — Aplicação da Constituição	79
G — Princípios e normas da Constituição Federal de 1988	80
H — Leis ordinárias	81
I — Leis ordinárias comuns e especiais	81
J — Leis ordinárias dispositivas e proibitivas	82
L — Leis ordinárias subsidiárias	82
M — Poder Executivo e regulamentação das leis ...	82
4. Autonomia coletiva e negociações coletivas	83
A — Autonomia coletiva	83
B — Negociação coletiva	83
C — Contrato coletivo	84
D — Contrato coletivo substitutivo ou cumulativo ...	85
E — Convenção coletiva	86
F — Natureza normativa da convenção coletiva	86
G — Efeito cumulativo das convenções coletivas ...	87
H — Efeitos obrigacional e normativo da convenção coletiva	87
I — Acordo coletivo	87
J — Legitimação para acordo coletivo	88
L — Coexistência de acordo e de convenção coletiva	88
M — Pactos sociais	88
5. A empresa e o seu regulamento	90
A — Conceito de regulamento de empresa	90
B — Tipos de regulamentos de empresa	90
C — Características do direito brasileiro	91

6.	Composição heterônoma dos conflitos e normas ...	92
	A — Composição dos conflitos	92
	B — Justiça do Trabalho	93
	C — Jurisprudência	93
	D — Poder normativo e sentenças normativas	94
	E — Justiça comum	95
	F — Justiça Federal	95
	G — Arbitragem e laudo arbitral	96
7.	Usos e costumes	96
8.	Perspectivas	97
9.	Bibliografia	97
10.	Questionário	98

Capítulo VII. Aplicação das normas jurídicas

1.	Complexidade do ordenamento	100
	A — Plurinormatividade	100
	B — Unidade ou dualidade de ordenamentos	100
	C — Coerência do ordenamento	101
2.	Hierarquia	101
	A — Escalonamento das normas	101
	B — Princípio da norma favorável ao trabalhador ..	102
	C — Derrogações ao princípio	103
3.	Interpretação	104
	A — O ato interpretativo	104
	B — Teorias e técnicas do direito comum	104
	C — Interpretação do direito do trabalho	105
4.	Integração das lacunas	106
	A — Conceito	106
	B — Analogia	106
	C — Equidade	107
5.	Eficácia da lei trabalhista	107
	A — Aspectos	107
	B — Eficácia no tempo	107
	C — Irretroatividade	108
	D — Efeito imediato	108
	E — Eficácia no espaço	108
	F — Princípio da territorialidade	108
	G — Algumas leis	109
6.	Bibliografia	109
7.	Questionário	110

Capítulo VIII. Princípios do direito do trabalho

1.	Princípios gerais do direito	111
	A — Noção de princípios jurídicos	111
	B — Jusnaturalismo	112
	C — Positivismo	112
	D — Natureza jurídica dos princípios	112

2.	A lei trabalhista e a função dos princípios	113
	A — A função integrativa dos princípios segundo a CLT	113
	B — A função diretiva dos princípios	113
	C — Princípios gerais do direito aplicáveis no direito do trabalho	113
3.	Princípios constitucionais do direito do trabalho	114
	A — Direitos e garantias fundamentais	114
	B — Princípios constitucionais específicos	117
4.	O princípio da norma favorável ao trabalhador. Outros princípios	117
	A — Funções	117
	B — Outros princípios	118
5.	Bibliografia	119
6.	Questionário	119
Capítulo IX. Âmbito de aplicação		
1.	Âmbito pessoal	120
	A — Empregados	120
	B — Domésticos	120
	C — Aprendizizes	120
	D — Trabalhadores em domicílio	121
	E — Avulsos	121
	F — Temporários	121
2.	Trabalhadores excluídos	122
3.	Âmbito material	123
4.	Bibliografia	124
5.	Questionário	124

SEGUNDA PARTE

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Capítulo I. Organizações, normas e direito privado

1.	Organização Internacional do Trabalho — OIT	127
2.	Tratados e convenções internacionais	128
	A — Tratado	128
	B — Convenção	128
	C — Ratificação	128
	D — Obrigatoriedade	128
3.	Comunidades internacionais	129
	A — União Européia	129
	B — MERCOSUL	130
4.	Declarações internacionais	131
5.	Direito internacional privado	131
6.	Transformações	132
7.	Bibliografia	133
8.	Questionário	133

TERCEIRA PARTE

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO. CONTRATO DE TRABALHO

Capítulo I. Contrato de trabalho e relação de trabalho

1	Conceito	137
2	Natureza jurídica	139
	A — Teorias	139
	B — Contratualismo	140
	C — Anticontratualismo	140
	D — Lei brasileira	141
3	Classificação	141
	A — Forma	141
	B — Prazo	143
	C — Outros tipos	145
4	Diferença de outras figuras	145
	A — Contratos de direito civil	145
	B — Sociedade	145
	C — Empreitada	146
	D — Mandato	148
5	Tendências	149
6	Bibliografia	150
7	Questionário	150

Capítulo II. Conceito de empregado

1	Requisitos legais da definição de empregado	152
	A — A lei	152
	B — Pessoa física	152
	C — Continuidade	153
	D — Subordinação	153
	E — Salário	153
	F — Pessoalidade	154
	G — Nossa definição	155
2	Diferença entre empregado e trabalhador autônomo	155
	A — Importância da diferença	155
	B — Conceito de subordinação	155
3	Diferença entre empregado e trabalhador eventual	158
	A — Teorias	158
	B — Teoria do evento	158
	C — Teoria dos fins	158
	D — Teoria da descontinuidade	158
	E — Teoria da fixação	158
4	Diferença entre empregado e trabalhador avulso ...	159
	A — Conceito de avulso	159
	B — Direitos	160
	C — Trabalho portuário	161

5.	Diferença entre empregado e trabalhador temporário	164
	A — Definição de temporário	164
	B — Trabalho temporário e por prazo determinado	165
	C — Temporário e eventual	165
	D — Agências de colocação	165
	E — Locação permanente	165
6.	Terceirização das atividades da empresa	166
7.	Cooperativas	169
8.	Diferença entre empregado e estagiário	170
9.	Trabalho voluntário	171
10.	Transformações	171
11.	Bibliografia	172
12.	Questionário	172

Capítulo III. Tipos especiais de empregado

1.	Empregado doméstico	174
2.	Empregado rural	176
3.	Empregado em domicílio	177
4.	Empregado aprendiz	178
5.	O problema do diretor de sociedade	179
6.	Empregado acionista	181
7.	Empregado exercente de cargo de confiança	181
8.	Mãe social	182
9.	Novas figuras	183
10.	Bibliografia	183
11.	Questionário	184

Capítulo IV. Conceito de empregador

1.	Definição da CLT	185
	A — Empresa	185
	B — Equiparações	185
2.	Tipos de empregador	186
3.	Modificações	187
4.	Bibliografia	188
5.	Questionário	188

Capítulo V. Grupo de empresas

1.	Responsabilidade solidária	189
2.	O problema do grupo de empresas como empregador único	191
	A — Teorias da solidariedade ativa e passiva	191
	B — Lei brasileira	192
3.	Bibliografia	192
4.	Questionário	193

Capítulo VI. Poder de direção do empregador

1.	Fundamentos e natureza	194
	A — Fundamentos	194
	B — Natureza	195
2.	Poder de organização	195
	A — Dimensões	195
	B — Limitações	196

3. Poder de controle	197
4. Poder disciplinar	197
A — Teorias	197
B — Direito brasileiro	198
5. Bibliografia	199
6. Questionário	199

Capítulo VII. Sucessão de empresas

1. Conceito	200
2. Fundamentos	201
3. Efeitos	202
4. Reformas	203
5. Bibliografia	203
6. Questionário	203

Capítulo VIII. Alteração na estrutura jurídica da empresa

1. Conceito	204
2. Efeitos	204
3. Bibliografia	205
4. Questionário	205

Capítulo IX. Admissão de empregado

1. Natureza e forma	206
A — Teoria subjetivista	206
B — Teoria objetivista	207
C — Ato-condição	207
D — Natureza contratual	207
E — Forma	208
F — Leis estrangeiras	208
2. Duração do contrato	209
3. Cabimento do contrato a prazo	210
A — Transitoriedade	210
B — Serviço transitório	211
C — Atividade empresarial transitória	211
D — Contrato de pessoal acima do número fixo	212
4. Contrato de experiência	213
A — Conceito	213
B — Natureza	213
5. Carteira de Trabalho e Previdência Social	214
A — Natureza	214
B — Obrigatoriedade	215
6. Registro	216
7. Problemas pré-contratuais	216
8. Capacidade do empregado e nulidade do contrato ..	217
A — Capacidade	217
B — Efeitos da incapacidade	218
9. Bibliografia	219
10. Questionário	219

Capítulo X. Alteração nas condições de trabalho

1. Princípio legal da imodificabilidade	221
2. Princípio doutrinário do <i>jus variandi</i>	223
3. Bibliografia	224
4. Questionário	224

Capítulo XI. Suspensão e interrupção do contrato

1. Conceito	226
A — Diferença entre as duas figuras	226
B — Desnecessidade da dupla denominação	226
2. Efeitos	227
A — Dificuldade de enquadramento	227
B — Enumeração de casos	228
3. Contratos a prazo	230
4. Dispensa do empregado	230
5. Hipóteses não previstas	231
6. Faltas ao serviço	231
7. Bibliografia	233
8. Questionário	233

Capítulo XII. Transferência de empregado

1. Conceito legal de transferência	235
2. Transferências lícitas	236
A — Regras gerais	236
B — Empregados intransferíveis	237
C — Sustação de transferência	237
D — Transferência para outro país	237
3. Efeitos econômicos da transferência	238
4. Bibliografia	239
5. Questionário	239

Capítulo XIII. Jornada de trabalho, denominação do tema.**Fontes formais**

1. Denominação do tema	240
2. Fontes constitucionais	240
3. CLT e legislação esparsa	241
A — Consolidação das Leis do Trabalho (1943)	241
B — Legislação esparsa	242
4. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho	242
5. Papel das convenções coletivas	244
6. Bibliografia	244
7. Questionário	245

Capítulo XIV. Origens da regulamentação legal da jornada de trabalho

1. As primeiras leis sobre limitação da jornada no direito estrangeiro	246
--	-----

2. A conquista da jornada de 8 horas	247
A — <i>Rerum Novarum</i>	247
B — Tratado de Versailles	247
3. A evolução das leis no Brasil	247
4. Normas internacionais sobre jornada de trabalho e horas extras	248
5. Bibliografia	249
6. Questionário	249

Capítulo XV. Conceito de jornada de trabalho

1. Teoria do tempo efetivamente trabalhado	250
2. Teoria do tempo à disposição do empregador	250
3. Teoria do tempo <i>in itinere</i>	251
4. Posição do direito brasileiro	251
5. Crítica das teorias	252
6. Natureza das normas sobre jornada de trabalho ...	253
A — Natureza publicística	253
B — Natureza privatística	254
C — Natureza protecionista	254
D — Normas complexas	254
7. O problema da renúncia	254
8. Ônus da prova	255
9. Comissionista	255
10. Bibliografia	256
11. Questionário	256

Capítulo XVI. Classificação da jornada de trabalho

1. A jornada de trabalho quanto à duração	257
2. A jornada de trabalho quanto ao período	257
3. A jornada de trabalho quanto à condição pessoal do trabalhador	258
4. A jornada de trabalho quanto à profissão	258
5. A jornada de trabalho quanto à remuneração	258
6. A jornada de trabalho quanto à rigidez do horário ..	258
7. O problema do trabalho por turnos	259
8. Tempo parcial	261
9. Bibliografia	262
10. Questionário	262

Capítulo XVII. Horas extraordinárias: fundamentos da limitação da jornada, conceito e classificação

1. Fundamentos da limitação da jornada	263
2. Conceito de horas extraordinárias	264
3. Classificação das horas extraordinárias	264
4. Bibliografia	265
5. Questionário	265

Capítulo XVIII. Acordo de prorrogação de horas

1. Conceito	266
2. Forma	266
3. Cabimento	267
4. Duração	268
5. Distrato	268
6. Efeitos	269
7. Denúncia	271
8. Casos especiais	272
9. Recusa do cumprimento do acordo pelo empregado	272
10. Bibliografia	273
11. Questionário	273

Capítulo XIX. Sistema de compensação de horas

1. Conceito	275
2. Natureza das horas compensadas	277
3. Forma	278
4. Outros aspectos	278
5. Bibliografia	279
6. Questionário	279

Capítulo XX. Horas extras nos casos de força maior

1. Conceito de força maior	280
2. Disciplina legal	280
3. Bibliografia	281
4. Questionário	281

Capítulo XXI. Horas extras para conclusão de serviços inadiáveis

1. Conceito de serviços inadiáveis	282
2. Disciplina legal	283
3. Bibliografia	283
4. Questionário	283

Capítulo XXII. Horas extras para reposição de paralisações

1. Fundamento legal	284
2. Disciplina jurídica	284
3. Bibliografia	285
4. Questionário	285

Capítulo XXIII. Empregados excluídos da proteção legal da jornada de trabalho

1. Fundamento da exclusão e apreciação dos casos	286
2. Bibliografia	287
3. Questionário	288

Capítulo XXIV. Horas extras ilícitas. Natureza do adicional de horas extras. Adicionais legais mínimos. Redução da jornada com diminuição do salário. Intervalos

1. Horas extras ilícitas	289
2. Natureza do adicional de horas extras	290
A — Adicional salarial	290
B — Adicional e gratificação	291
C — Adicional e prêmio	291
3. Adicionais legais mínimos	291
4. Redução da jornada com diminuição do salário	291
5. Intervalos	292
6. Inovações	293
7. Bibliografia	294
8. Questionário	294

Capítulo XXV. Repouso semanal remunerado

1. Origens na história	295
2. Principais problemas jurídicos	297
3. Bibliografia	299
4. Questionário	299

Capítulo XXVI. Férias

1. Origens na história	300
2. Princípios	301
3. Aquisição do direito	301
A — Período aquisitivo	301
B — Perda do direito	302
4. Duração	302
5. Concessão	303
A — Período concessivo	303
B — Fracionamento	303
C — Direito de coincidência	303
D — Designação	303
E — Comunicação	303
6. Remuneração	304
7. Abono de férias	304
8. Efeitos da extinção do contrato	305
A — Hipóteses	305
B — Férias vencidas	305
C — Férias proporcionais	306
D — Horas extras não compensadas	307
9. Prescrição	307
10. Férias coletivas	308
A — Requisitos	308
B — Empregados com menos de 12 meses	308
11. Bibliografia	308
12. Questionário	309

Capítulo XXVII. Conceito de salário

1. A linguagem da lei	310
2. Posição da CLT	311
A — Indicação de componentes	311
B — Definição no direito estrangeiro	311
C — Contraprestatividade e disponibilidade	311
D — Nossa definição	312
3. Diferença entre salário e outras figuras	313
A — Figuras próximas	313
B — Indenização	313
C — Benefícios previdenciários	313
D — Complementações previdenciárias	314
E — Recolhimentos parafiscais	314
F — Direitos intelectuais	314
4. Natureza da participação nos lucros	315
A — Teorias	315
B — Desvinculação do salário	315
C — Origens	316
5. Bibliografia	316
6. Questionário	317

Capítulo XXVIII. Formas de pagamento do salário

1. Salário por tempo	318
2. Salário por produção	319
3. Salário por tarefa	319
4. Bibliografia	320
5. Questionário	320

Capítulo XXIX. Meios de pagamento do salário

1. Pagamento em dinheiro	321
2. Pagamento em cheque ou depósito bancário	321
3. Pagamento em utilidades	322
A — Conceito e limites	322
B — Utilidade salarial e não salarial	322
C — Vale-refeição	325
D — Vale-transporte	325
E — Clube de lazer	326
F — Escola gratuita para os filhos do empregado ..	326
G — Seguros	326
H — Transporte gratuito para o trabalho	327
I — Complementação de aposentadoria paga por en- tidade privada	328
J — Carro e motorista	329
L — Habitação	329
M — Valor da utilidade	329

4. Bibliografia	330
5. Questionário	330

Capítulo XXX. Regras gerais de proteção ao salário

1. Periodicidade do pagamento	331
A — Dia do pagamento	331
B — Mora salarial	331
C — Pagamento em audiência	331
2. Prova do pagamento	332
3. Inalterabilidade	332
4. Irredutibilidade	332
5. Controle dos descontos	333
6. Impenhorabilidade	334
7. Bibliografia	335
8. Questionário	335

Capítulo XXXI. Valor do salário

1. Estipulação do valor	336
2. Salário mínimo	337
A — Conceito	337
B — Tipos	338
C — Princípios constitucionais	338
3. Salário profissional	338
A — Conceito	338
B — Diferença de salário mínimo	339
4. Piso salarial, salário normativo e salário da função	339
A — Piso salarial	339
B — Salário normativo	339
C — Salário da função	339
5. Transformações da legislação brasileira	340
A — Livre negociação	340
B — Leis de política salarial	340
6. Bibliografia	342
7. Questionário	342

Capítulo XXXII. Formas especiais de salário

1. Abonos	343
2. Adicionais	343
A — Conceito	343
B — Tipos	344
C — Adicional de horas extras	344
D — Adicional noturno	345
E — Adicional de insalubridade	345
F — Adicional de periculosidade	345
G — Adicional de transferência	345

3. Comissões	346
4. Gratificações	346
A — Conceito	346
B — Características do direito brasileiro	348
C — Classificação	349
D — Efeitos	350
5. Décimo terceiro salário	350
6. Gorjetas	352
7. Prêmios	352
A — Conceito e fundamento	352
B — Diferença de outras figuras	353
C — Classificação	353
8. Bibliografia	353
9. Questionário	354

Capítulo XXXIII. Equiparação salarial

1. Princípio da igualdade salarial	355
2. Requisitos da CLT para o direito à equiparação	356
3. Efeitos do quadro de carreira	357
4. Bibliografia	358
5. Questionário	358

Capítulo XXXIV. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

1. Conceito e normas aplicáveis	359
A — Conceito	359
B — Natureza	360
2. Características gerais	361
A — Depósitos	361
B — Opção	361
3. Levantamento dos depósitos	362
A — Hipóteses	362
B — Momento	363
4. Principais problemas jurídicos	364
5. Bibliografia	365
6. Questionário	365

Capítulo XXXV. Segurança e higiene do trabalho

1. História	366
2. Fundamentos	367
3. Conceito	369
4. Normas legais básicas	370
5. Insalubridade	373
6. Periculosidade	373
7. Serviços de medicina e segurança	374
8. Proteção ambiental	375
9. Bibliografia	375
10. Questionário	376

Capítulo XXXVI. Trabalho da mulher

1. Fundamentos da proteção especial	377
2. Capacidade para contratar trabalho	378
3. Igualdade salarial	378
4. Eliminação de proibições	379
5. Proteção à maternidade	380
6. Bibliografia	381
7. Questionário	381

Capítulo XXXVII. Trabalho do menor

1. Fundamentos da proteção especial	382
2. A proteção legal ao menor no Brasil	383
3. Menor empregado	383
4. Menor aprendiz	384
5. Menor assistido	385
6. Tendências	386
7. Bibliografia	386
8. Questionário	386

Capítulo XXXVIII. Profissões com normas especiais

1. Enumeração	387
2. Órgãos profissionais de fiscalização	390
3. Apreciações gerais	391
4. Bibliografia	392
5. Questionário	392

Capítulo XXXIX. Trabalho rural

1. Natureza interdisciplinar do tema	393
2. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	393
3. Política legislativa trabalhista	394
A — Sistemas jurídicos	394
B — Política legislativa no Brasil	395
C — Fontes formais	395
4. Conceito de trabalho rural, trabalhador e empregador rural	396
A — Trabalho rural	396
B — Trabalhador rural	396
C — Empregador rural	397
5. Direitos individuais do trabalhador rural	397
A — Direitos comuns aos do trabalhador urbano ...	397
B — Direitos específicos do trabalhador rural	399
6. Organização sindical rural	400
7. Principais questões jurídicas	401
A — Âmbito pessoal de aplicação da lei	401
B — Falsos contratos de direito civil	401
C — Comprovação quinquenal do cumprimento das obrigações	401

D — Contrato de safra	403
E — Mecanização da lavoura e desemprego	403
F — Tempo <i>in itinere</i>	403
G — Categorias diferenciadas	404
H — Chefe de família, mulher e filhos	404
I — Intermediação de mão-de-obra	404
J — Salário-utilidade	404
L — Cooperativa rural	405
M — Condomínio rural	405
8. Bibliografia	406
9. Questionário	406

Capítulo XL. Extinção do contrato de trabalho

1. Apreciações gerais	407
2. Formas	409
3. Bibliografia	409
4. Questionário	409

Capítulo XLI. Dispensa do empregado

1. Fundamentos e natureza jurídica	411
2. Tipos de dispensa	413
3. Verificações prévias à dispensa	413
4. Efeitos econômicos	414
5. Reformulações	415
6. Bibliografia	416
7. Questionário	416

Capítulo XLII. Estabilidade

1. Conceito	417
A — Conceito econômico	417
B — Conceito jurídico	418
C — Estabilidade e garantia de emprego	418
2. Evolução das leis	419
3. Classificação	421
A — Estabilidade geral	421
B — Estabilidade especial	421
C — Dirigente e representante sindical	422
D — Representante na CIPA	422
E — Acidentado	422
F — Representante em órgão colegiado	422
G — Gestante	422
H — Membros das Comissões de Conciliação Prévia	423
4. Questões sobre estabilidade especial	423
5. Bibliografia	425
6. Questionário	425

Capítulo XLIII. Dispensa arbitrária ou sem justa causa

1. Noções introdutórias	427
A — Continuidade da relação de emprego	427
B — Dispensa arbitrária e justa causa	428

C — Sistemas de justa causa	429
D — Estrutura da justa causa	430
E — Forma da dispensa	431
F — Sindicância	431
G — Local do ato	431
H — Prazo para despedir	431
I — Culpa recíproca	432
J — Dano moral	432
2. Figuras de justa causa	432
A — Improbidade	432
B — Incontinência de conduta	433
C — Mau procedimento	433
D — Negociação habitual	434
E — Condenação criminal sem <i>sursis</i>	435
F — Desídia	436
G — Embriaguez	436
H — Violação de segredo	437
I — Indisciplina	438
J — Insubordinação	438
L — Abandono de emprego	439
M — Ato lesivo à honra e boa fama	440
N — Ofensa física	441
O — Prática constante de jogos de azar	442
P — Outras justas causas	443
3. Bibliografia	443
4. Questionário	444

Capítulo XLIV. Outros modos de extinção do contrato de trabalho

1. Extinção por decisão do empregado	445
A — Formas	445
B — Demissão	445
C — Dispensa indireta	447
D — Aposentadoria espontânea	450
2. Extinção por iniciativa de ambos: acordo	451
3. Extinção por desaparecimento dos sujeitos	451
A — Morte do empregado	451
B — Morte do empregador	452
C — Extinção da empresa	452
4. Extinção dos contratos a prazo	452
A — Término do prazo	452
B — Rescisão antecipada	454
5. Homologação	454
A — Conceito	454
B — Prazos	455
C — Efeitos do descumprimento dos prazos	455

6. Bibliografia	456
7. Questionário	456

Capítulo XLV. Indenização de dispensa do empregado

1. Sistema legal	458
A — Da indenização ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	458
B — Indenização segundo a duração do contrato ..	459
2. Contratos a prazo indeterminado	459
3. Contratos a prazo determinado	460
4. Teorias que fundamentam a indenização	461
A — Teoria do abuso de direito	461
B — Teoria do crédito	461
C — Teoria do risco	462
5. Indenização adicional	462
6. Bibliografia	463
7. Questionário	463

Capítulo XLVI. Aviso prévio

1. Conceito e natureza jurídica	465
A — Origens	465
B — Tríplice dimensão	465
2. Cabimento	466
3. Forma	467
4. Efeitos da concessão e não-concessão	467
A — Integração no tempo de serviço	467
B — Efeitos da integração	467
C — Conseqüências da não-concessão	468
D — Natureza do pagamento	468
E — Reconsideração	468
F — Redução da jornada	468
G — Irrenunciabilidade	469
5. Duração	469
6. Bibliografia	469
7. Questionário	470

QUARTA PARTE

DIREITO COLETIVO. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Capítulo I. Relações coletivas de trabalho

1. Relações de trabalho	473
A — Relações individuais e coletivas de trabalho ..	473
B — Sujeitos das relações coletivas	474
C — Coalizão	474

2. Reflexos jurídicos das relações coletivas de trabalho	474
A — Poder normativo dos grupos	474
B — Interesse público e interesse coletivo	475
3. Bibliografia	476
4. Questionário	477

Capítulo II. Liberdade sindical: a Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho

1. Dimensões do tema	478
2. A Convenção n. 87 da OIT	478
A — Quatro garantias	478
B — Direito de fundação de sindicatos	478
C — Direito de administração de sindicatos	479
D — Direito de não-intervenção do Estado	479
E — Direito de filiação	479
3. Princípios sobre negociação coletiva	479
A — Poder de auto-regulamentação	479
B — Funções da negociação coletiva	480
4. Princípios sobre greve	480
A — Greve como direito ou liberdade	480
B — Greve trabalhista e greve política	480
C — Teoria da liberdade	481
5. Fundamentos constitucionais do direito brasileiro ..	481
6. Observações	482
7. Bibliografia	483
8. Questionário	483

Capítulo III. Direito sindical

1. Conceito	484
A — Direito sindical ou direito coletivo?	484
B — Acepções de direito sindical	484
2. História	485
A — <i>Trade-unionismo</i> (1720)	485
B — Direito de organização	486
C — Primeiros sindicatos no Brasil	486
3. Âmbito do direito sindical	487
4. O direito sindical nas Constituições	488
A — Tipos de Constituições	488
5. Bibliografia	489
6. Questionário	490

Capítulo IV. Organização sindical

1. Introdução	491
2. Modelo sindical brasileiro	491
A — Transformações	491
B — Conceito de categoria	492

C — Conceito de categoria profissional diferenciada	493
D — Dissociação de categorias	493
E — Entidades de grau superior	494
F — Membros da categoria e sócios do sindicato ..	494
3. Bibliografia	494
4. Questionário	495

Capítulo V. Conceito e natureza jurídica do sindicato

1. Conceito	496
A — Origem da palavra "sindicato"	496
B — Definição de sindicato	496
2. Natureza jurídica	497
A — Sindicatos de fato e de direito	497
B — Sindicato como pessoa jurídica de direito privado	497
C — Teorias contratual, institucional e mista	498
3. Bibliografia	498
4. Questionário	498

Capítulo VI. Criação, administração e dissolução de sindicatos

1. Criação	499
A — Aquisição da personalidade jurídica	499
B — Registro	499
C — Ministério do Trabalho e Emprego	500
2. Administração	501
A — Assembléia, conselho e diretoria	501
B — Eleições sindicais	502
C — Relações entre sindicato e Estado	502
D — Fontes de recursos financeiros	503
3. Dissolução	504
4. Mudanças	505
5. Bibliografia	505
6. Questionário	505

Capítulo VII. Funções do sindicato

1. Transformações	507
2. Apreciações gerais	508
3. Bibliografia	509
4. Questionário	509

Capítulo VIII. Entidades sindicais de grau superior

1. Federações	510
2. Confederações	510
3. Centrais sindicais	511
4. Bibliografia	511
5. Questionário	511

Capítulo IX. Conflitos coletivos do trabalho

1. Conceito e classificação	512
A — Conceito	512
B — Conflitos individuais e coletivos	512
C — Conflitos econômicos e jurídicos	513
2. Formas de composição	514
3. Bibliografia	515
4. Questionário	516

Capítulo X. Negociação coletiva

1. Negociação e direito do trabalho	517
2. Contrato individual de trabalho e negociação coletiva	519
3. Função da negociação coletiva	520
4. Etapas do procedimento de negociação	522
5. Níveis de negociação	524
6. Normas da Organização Internacional do Trabalho	525
7. Modelos jurídicos	526
8. A negociação e as Constituições	526
9. Bibliografia	527
10. Questionário	527

Capítulo XI. Instrumentos normativos negociados

1. Convenções e acordos coletivos	528
A — Convenções coletivas	528
B — Acordos coletivos	529
2. Contrato coletivo de trabalho	530
A — Primeiras manifestações	530
B — Conceito	530
C — Problemas jurídicos	531
3. Efeitos das cláusulas dos instrumentos normativos	531
A — Efeito obrigacional	531
B — Efeito normativo	532
C — Incorporação das cláusulas no contrato individual	533
4. Bibliografia	534
5. Questionário	534

Capítulo XII. A greve no direito do trabalho

1. Conceito	535
2. Greve e outros atos coletivos de conflito	535
A — Boicotagem	535
B — Sabotagem	536

C — Piquetes	536
D — Ocupação de estabelecimento	536
E — Braços cruzados	536
3. Natureza jurídica	537
A — Quanto ao direito positivo	537
B — Quanto aos efeitos sobre o contrato de trabalho	537
4. Fundamentos	537
5. Bibliografia	537
6. Questionário	538

Capítulo XIII. A greve no direito brasileiro

1. Conceito legal de greve	539
A — Constituições de 1937 a 1988	539
B — Leis ordinárias	540
2. Procedimento de greve	540
A — Fase preparatória	540
B — Assembléia sindical	541
C — Aviso prévio	541
3. Garantias dos grevistas	541
4. Manutenção dos equipamentos	542
5. Serviços essenciais	542
6. Abuso de direito	543
7. "Locaute"	543
8. Bibliografia	543
9. Questionário	544

Capítulo XIV. Representação dos trabalhadores na empresa

1. Origens	545
A — Representação sindical e não sindical	545
B — A OIT e a representação dos trabalhadores na empresa	546
C — Direito estrangeiro	547
D — Finalidades	548
E — Morfologia	549
F — Representação e participação	549
2. Direito brasileiro	550
A — Constituição de 1988	550
B — Representação geral e especial	550
C — O problema da estabilidade no emprego	551
D — Empresa e estabelecimento	551
E — Implicações	551
3. Bibliografia	552
4. Questionário	552

QUINTA PARTE**DIREITO PÚBLICO DO TRABALHO***Capítulo I. Âmbito do direito público do trabalho*

1. Conceito	557
2. Disciplinas jurídicas	558
3. Bibliografia	559
4. Questionário	559

Capítulo II. Solução estatal dos conflitos: direito processual do trabalho

1. Sistemas de solução dos conflitos	560
2. Vantagens e desvantagens do sistema jurisdicional	560
3. Substituição da autodefesa pelo processo	561
4. Solução não estatal dos conflitos: Comissões de Conciliação Prévia	562
5. Bibliografia	564
6. Questionário	564

Capítulo III. Organização da Justiça do Trabalho

1. Características gerais	565
2. Órgãos	566
3. Jurisdição	567
4. Pessoal	567
5. Procuradoria	568
6. Modificações	569
7. Bibliografia	569
8. Questionário	570

Capítulo IV. Competência da Justiça do Trabalho

1. Competência em razão da matéria	571
2. Competência territorial	572
3. Alterações	573
4. Bibliografia	574
5. Questionário	574

Capítulo V. Dissídios individuais

1. Conceito	576
2. Procedimento	577
A — Postulação	577
B — Audiência	578
3. Rito sumário	580
4. Procedimento sumaríssimo	580
5. Inquérito judicial para apuração de falta grave	582
6. Mudanças	582
7. Bibliografia	582
8. Questionário	583

Capítulo VI. Dissídios coletivos

1. Conceito	584
2. Competência	585
3. Procedimento	585
4. Sentenças normativas	586
5. O problema do poder normativo da Justiça do Trabalho	586
6. Bibliografia	586
7. Questionário	587

Capítulo VII. Execução

1. Conceito	588
2. Procedimento	589
A — Títulos exeqüíveis	589
B — Modalidades de execução	589
C — Rito	589
D — Penhora e avaliação	589
E — Praça	589
F — Liquidação da sentença	590
3. Bibliografia	590
4. Questionário	591

Capítulo VIII. Recursos

1. Conceito	592
2. Modalidades	592
A — Recurso ordinário	592
B — Recurso de revista	593
C — Recurso extraordinário	593
D — Agravo de petição	594
E — Agravo de instrumento	594
F — Embargos para a SDI (Seção de Dissídios Individuais) e SDC (Seção de Dissídios Coletivos) ...	595
G — Embargos declaratórios	595
H — Agravo regimental	595
3. Outros meios de impugnação	595
4. Bibliografia	597
5. Questionário	597

Capítulo IX. Direito administrativo do trabalho

1. Ministério do Trabalho e Emprego	598
2. Fiscalização trabalhista	599
3. Outras atividades	601
4. Bibliografia	602
5. Questionário	602

Capítulo X. Direito penal do trabalho

1. Fontes formais	603
2. Principais infrações	603

3. Bibliografia	604
4. Questionário	604

Capítulo XI. Seguridade social

1. Evolução histórica	605
A — História universal	605
B — História local	607
2. Do seguro privado para o seguro social, a assistência, a previdência e a seguridade social	609
A — O seguro	609
B — Assistência e previdência	610
C — A concepção abrangente	611
3. Seguridade como princípio social	612
A — Seguridade ou segurança?	612
B — Direito estrangeiro	613
C — Direito internacional	613
D — O princípio da segurança social	614
4. Características gerais	614
A — Sistemas de financiamento dos benefícios	614
B — Plano de custeio	615
C — Sistemas de custeio	615
D — Contingências	616
E — Tipos de benefícios	616
F — Seguridade complementar	616
G — A Constituição brasileira de 1988	617
H — A Reforma de 1998	617
5. Bibliografia	619
6. Questionário	619

Capítulo XII. Custeio do sistema

1. Fontes	620
2. Receita	621
3. Bibliografia	621
4. Questionário	622

Capítulo XIII. Beneficiários da Previdência Social

1. Segurados	623
2. Dependentes	624
3. Bibliografia	625
4. Questionário	625

Capítulo XIV. Benefícios da Previdência Social

1. Conceito	626
2. Classificação	626
3. Benefícios em espécie	627
A — Auxílio-doença	627
B — Aposentadoria por invalidez	628

C — Aposentadoria por tempo de contribuição	629
D — Aposentadoria por idade	629
E — Aposentadoria especial	630
F — Salário-família	630
G — Pensão por morte	631
H — Auxílio-reclusão	631
I — Salário-maternidade	631
J — Gratificação natalina ou abono anual	631
L — Auxílio-natalidade	632
° M — Seguro-desemprego	632
4. Fator Previdenciário	632
5. Bibliografia	633
6. Questionário	633

Capítulo XV. Acidentes do Trabalho

1. Conceito	634
2. Auxílio-acidente	636
3. Integração dos acidentes na previdência social	637
4. Bibliografia	637
5. Questionário	638

<i>Abreviaturas</i>	639
<i>Índice Alfabético</i>	641
<i>Obras do autor</i>	655